

JEAN CARLOS GOMES CAMARGO

# **OBSESSIVO DESEJO DE ORDEM A SERVIÇO DE UMA NOVA FUGA PARA FRENTE NO RIO DE JANEIRO**

**Uma discussão sobre a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) e os  
Ecolimites**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Correa do Lago

Coorientador: Prof. Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Rio de Janeiro

2012



JEAN CARLOS GOMES CAMARGO

## **OBSESSIVO DESEJO DE ORDEM A SERVIÇO DE UMA NOVA FUGA PARA FRENTE NO RIO DE JANEIRO**

**Uma discussão sobre a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) e os  
Ecolimites**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Correia do Lago

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano - IPPUR

---

Prof. Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano - IPPUR

À Suzane de Alencar Vieira

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao professor Mauro Kleimam pelo apoio e compreensão em momentos difíceis que passei durante o curso como o falecimento de meu irmão.

Sou muito grato também a todos professores do curso, mas especialmente às professoras Luciana Lago, Fania Fridman, Tamara Egler e Cláudia Pfeiffer.

Meu muito obrigado aos funcionários Paulo e Gilberto da biblioteca do IPPUR e Márcia e André da secretaria desse instituto.

Com vários colegas da turma vivi momentos descontraídos nos botecos do baixo mangue, onde conversávamos livremente. Agradeço especialmente aos colegas Wallace, Laerte, Raquel, Bruno e Renato.

Um agradecimento especial reservo ao professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro pela sugestão de leituras que orientaram este trabalho.

## RESUMO

Há, no Rio de Janeiro, um processo em curso que visa a policialização da cidade. O governo se apoia em um discurso de “choque de ordem para implementar dispositivos de segurança e demonstra intolerância com a desordem urbana. O “Choque de Ordem”, UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), Processo de Remoção de Favelas e Ecolimites se somam a um modelo de governo dirigido aos interesses das elites citadinas cariocas. Por isso, retomando as ideias de Fiori (1995), são ações que se mostram como uma “Nova Fuga para Frente” do conflito de classes. São políticas públicas implantadas num contexto de mudanças sócio-econômicas e que buscam restringir legal e economicamente os habitantes da cidade. São propostas que atualizam ideias higienistas, reafirmam preconceitos, além de atender a um propósito de desarticular os movimentos sociais das comunidades e abrir o espaço da favela para ação da especulação imobiliária. Esse argumento que dá suporte a esse novo “higienismo” tem um fundo neomalthusiano, na medida em que se supõe não haver espaço habitável e recursos para todos e por isso todos devem se submeter aos rigores da gestão pública, principalmente a ação “espontânea” das pessoas pobres e submetidas ao controle tecnocientífico que defendeu a necessidade de instalar UPP e construir Ecolimites. É uma maneira de fazer subsumir o conflito de classe que persiste em uma cidade tão desigual como o Rio de Janeiro.

### **Palavras-chaves:**

Rio de Janeiro. Crescimento Econômico. Fuga para Frente. UPP. Ecolimites.

## ABSTRACT

There, in Rio de Janeiro, an ongoing process aimed at policialização city. The government relies on a discourse of "shock of order to implement safety devices and demonstrates intolerance of urban disorder. The "Shock of Order", UPP (Unit Pacification Police), Case Removal Ecolimites Slums and add up to a model of government led to the interests of the elite city dwellers in Rio. Therefore, taking up the ideas of Fiori (1995), are actions that show how an "Escape to New Front" of class conflict. Public policies are implemented in a context of socio-economic and seeking to restrict legally and economically the city's inhabitants. Ideas are proposed that update hygienists, reaffirm prejudices, and serve a purpose to disrupt the social movements of the communities and open space of the favela to the action of speculation. This argument that supports this new "hygienism" has a background neomalthusiano, in that it assumes no habitable space and resources for all and therefore all must submit to the rigors of public management, especially the action "spontaneous" of poor and subject to the supervision technoscientific who defended the need to install and build Ecolimites UPP. It is a way to do subsume the class conflict that persists in so unequal a city like Rio de Janeiro.

**Keywords:**

Rio de Janeiro. Economic Growth. Escape Forward. UPP. Ecolimites.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. UM “NOVO BRASIL” QUE RECONSTRUIRÁ UM NOVO RIO DE JANEIRO? .....</b>	<b>12</b>
2.1. As práticas da elite brasileira: manter movimento do dinheiro e assegurar a propriedade do território .....	15
2.2. O “Novo Brasil” em Nova Fuga para Frente da Redistribuição de Renda?.....	16
<b>3. SOBRE A ARTE DE GOVERNAR A CIDADE MODERNA ATRAVÉS DA TRIANGULAÇÃO POPULAÇÃO, DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA E POLÍCIA .....</b>	<b>20</b>
<b>4. DESEJO INCONTROLÁVEL DE CONTROLAR A ORDEM URBANA E A POPULAÇÃO COM DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA E POLÍCIA .....</b>	<b>23</b>
<b>5. SOBRE AS UPPs - UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA .....</b>	<b>27</b>
<b>6. ECOLIMITES OU SÓCIO-LIMITES? .....</b>	<b>33</b>
6.1. Da “preservação ambiental” à segregação sócio-espacial .....	33
6.2. EcoLimites nas Favelas Cariocas: um Discurso Neomalthusiano sobre a Capacidade de Suporte do Território .....	40
<b>7. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>8. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>46</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A violência na cidade do Rio de Janeiro, em especial aquela relacionada com o tráfico de drogas ilícitas que territorializou as favelas, até recentemente, era considerada um caso sem solução. Nos anos 1990, chegou-se inclusive a cogitar a existência de um poder paralelo, já que o Estado moderno não conseguia sustentar em seu território aquilo que faz parte, segundo Weber (2004), de sua qualidade característica, qual seja, o monopólio legítimo da força física.

Isso ocorreu, principalmente, a partir dos anos 1980, quando o Rio de Janeiro começou demonstrar, mais fortemente, os índices de crimes violentos mais elevados do país. Michel Misse (2008) explica que parte da responsabilidade desse fenômeno deve ser creditando aos meios de comunicação. Para ele, a partir dos anos 1980, potencializados por uma mídia sedenta de público e de espetáculo, os índices de crimes violentos do Rio de Janeiro passaram a frequentar noticiários e debates públicos, como tema de “violência urbana”.

Ocorre que essa imagem de cidade do perigo sempre contrariou o princípio original das cidades modernas: de ser protetora de seus habitantes, de lugar seguro. No Rio de Janeiro, porém, duvidaram-se da capacidade do Estado garantir o monopólio da coação física e assim de proteger seu cidadão, na medida em que passaram a considerar seus espaços públicos como inseguros.

Os medos associados ao espaço urbano aumentaram de tal modo que a cidade perdera fortemente sua conotação de proteção e segurança, passando a classificar a cidade como território do medo. Esse medo, porém, para Caldeira (2008), da cidade contemporânea e as mudanças que esse sentimento ajudou a fomentar nos espaços urbanos representaram um ataque ao ideal de cidade protetora dos cidadãos e às noções de democracia e de igualdade entre cidadãos que se firmaram juntos com aquele ideal.

A cidade associada ao crime e à violência seria (e continua sendo) usada, na cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana, como justificativa para produção de espaços privatizados que negam a heterogeneidade, espaços abertos e imprevisibilidade, premissas da vida urbana moderna. O desejo de ruptura com a cidade tem transformado estratégias de isolamento, enclausuramento e privatização dos espaços urbanos em remédios para todos os males. Ocorre que, ao invés de criar território seguro, as estratégias de policialização do território ou de

enclausuramento acabam, sim, por reproduzir segregação sócio-territorial.

A socióloga Barbara Freitag (2010), por exemplo, faz uma análise interessante ao procurar desmistificar o binômio “cidade e violência”, sobre o qual muito se escreveu e se falou ultimamente. Também é anunciado como “violência urbana”. Nessa expressão há uma falsa correlação ou causalidade. Refere-se à “violência urbana” como se a cidade contemporânea fosse a causa da violência. Para Freitag, nenhuma cidade é capaz de criar violência.

Ora, a violência moderna, na maioria das vezes, deriva de relações sociais, econômicas e de poder desiguais e injustas que geram conflitos. Quando esses conflitos não bem administrados costumam se desdobrar em vários tipos de violências, como os crimes violentos. De acordo com Freitag (Idem), a causa das taxas de um crime violento como o homicídio não deve ser buscada na cidade enquanto tal, mas sim na organização sócio-territorial, que outorga a seus membros taxas de frustração que podem fomentar agressão física ou verbal. Com base nisso, considera falsa a correlação que se tem feito entre “violência urbana” e “cidades brasileiras contemporâneas”. Porque tende a omitir nossa estrutura social desigual e injusta, na qual há ainda a presença de alta concentração de renda nas mãos dos indivíduos que pertencem às camadas altas da pirâmide social.

Paralelamente às imagens do Rio de Janeiro como “cidade violenta”, Márcio Piñon de Oliveira (2008) observou um movimento urbanístico que se empenhou em enfatizar o polo do “maravilhoso” e enfraquecer o polo da degradação ou do “caos” no município do Rio de Janeiro. Segundo Oliveira, os projetos de intervenção no espaço urbano buscaram criar territórios que facilitassem o controle sócio-espacial e que servissem de vitrine para os observadores da cidade. Ao mesmo tempo, buscou-se construir, através da intervenção urbana, a legitimação de uma ordem elitista e excludente já consagrada na cidade.

Na última década, a cidade do Rio de Janeiro vem acompanhando o bom desempenho do Brasil no cenário internacional e sua onda de crescimento econômico. Desde a transferência da Capital Federal para Brasília nos anos 1960, quando o Rio de Janeiro perdeu, enquanto se reestruturava, espaço para outras cidades brasileiras como São Paulo e Belo Horizonte, a cidade no início desse século XXI tem conseguido redefinir sua posição na rede urbana nacional. Principalmente, depois de sediar eventos como os Jogos Pan-Americanos de 2007 e os Jogos Militares, da intensificação da exploração de petróleo, de ver aprovados seus projetos para sediar mega-eventos como Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.

Concomitantemente vem surgindo expectativas de aumento de emprego e de renda e na qualidade de vida de parte da população. Sem esquecer também de pontos negativos como a nova crise imobiliária que se implantou na cidade a partir das elevações intensas dos preços dos alugueis e dos imóveis, que, para nós, empurrarão, a médio e longo prazo, as camadas mais baixas da hierarquia para as margens da cidade.

Ao invés de políticas públicas para redistribuição de renda ou para dar direito à cidade carioca para as camadas populares, observa-se o contrário. Tanto o governo municipal como o estadual retoma o processo de remoção de famílias pobres das favelas e “áreas de risco” com a justificativa de preparar a cidade para os grandes eventos ou prevenir a vidas das pessoas que habitam as encostas. Faz uso do discurso da intolerância à desordem, o que pode ter refletido na implantação de “novas” experiências urbanas como as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) ou de construção de muros de concretos cegos (batizados como Ecolimites ou muros verdes) nas favelas com objetivo de preservar a mata atlântica.

Cogita-se que tais políticas pretendem desarticular, silenciar e despolitizar as associações de moradores e movimentos sociais. São políticas que atendem aos interesses das elites proprietárias de imóveis em áreas nobres da cidade como a Zona Sul, mas principalmente dos incorporadores e construtores imobiliários que viram aumentar significativamente seus faturamentos com a valorização dos imóveis a partir dos anúncios dos megaeventos, bem como da implantação das UPPs, já que a polícia é um dos dispositivos da governamentalização do Estado importante nesse caso. E é exatamente sobre isso que discutiremos aqui.

## 2. UM “NOVO BRASIL” QUE RECONSTRUIRÁ UM NOVO RIO DE JANEIRO?

Virou lugar-comum no Brasil falar em crescimento econômico, queda de juros, aumento das exportações, controle da inflação, redução nas taxas de desemprego, entre outros. De fato, o país vive um momento positivo nesses pontos os quais têm produzido uma onda de otimismo. Algo que não deixou de ter seu impacto na própria academia e nos discursos científicos. Com o fim do governo Lula, por exemplo, várias análises sobre seus dois mandatos vieram à tona.

Wanderley Guilherme dos Santos, por exemplo, um dos cientistas políticos mais renomados do país, faz parte do grupo de pesquisadores que buscaram se manifestar positivamente com uma análise bem parcial. Há um texto do pesquisador publicado na revista Carta Capital de janeiro de 2011 na qual defende a tese segundo a qual estamos diante de um “Novo Brasil”. Um Brasil de crescimento econômico, acompanhado de inflação cadente, de inflação sob controle e de inédito aumento real na massa de rendimento do trabalhador.

O autor retoma o governo de Juscelino Kubitschek (JK), único presidente eleito a cumprir um mandato antes do golpe militar, com objetivo de comparar com do governo de Lula, o qual para ele foi tão progressista como aquele. Ocorre que no contexto de JK prevalecia, segundo o cientista político, uma tese hegemônica e ortodoxa segundo a qual ou o Brasil crescia ou evitava inflação. A terceira opção inexistia. Nesse dilema de “Sofia”, JK escolheu a primeira opção. Wanderley Guilherme dos Santos (Ibid) demonstra um crescimento médio de 4,9% durante o Plano de Metas (1956-1960) dos “50 anos em 5” de JK.

O “progressista” Lula, por outro lado, apresentou taxas de crescimento médio bem mais modestas JK. Todavia, segundo o cientista político, se as taxas de variação do PIB *per capita* no governo Lula for vista de longe conduzirão à hipótese de que seu governo representou um prolongamento de governos anteriores. O crescimento modesto de 3,5% durante o Governo Lula aponta um rápido declive diante do pico de JK, muito embora isso represente, para o cientista político, a mais espetacular ruptura das últimas 8 décadas da República. A maneira democrática de agir do governo Lula desaparece nos números. Enquanto nas taxas de crescimento

do PIB per capita de Lula II faltam números satisfatórios, eles sobravam no Governo JK, pois chegaram por via aérea ou recebidos em dezenas de terminais rodoviários, aeroportos, acompanhados pelas conclusões de estradas interestaduais planejadas pelos técnicos do BNDE.

Por outro lado, durante o Governo Lula houve irritação em demasia por causa do congestionamento de aeroportos, estradas e com o crescente tempo de espera para desembarque de mercadorias importadas nos portos nacionais, cujas causas são, segundo Wanderley Guilherme dos Santos, a invasão de passageiros de primeiro ou segundo voo, a invasão de motoristas calouros em fins de semana fora da cidade onde moram, muitas mercadorias que entram no Brasil pelos portos enviadas da China, país com o qual o Brasil praticamente não falava nos anos 50 do século XX.

Os números do Dieese (2011) não desmentem o cientista político. O Salário Mínimo percebeu aumento real de aproximadamente 54% entre abril de 2002 (quando nominal era de 200 Reais) e abril de 2010 (quando o SM nominal atingiu 510 Reais). Se compararmos com a Cesta Básica (CB), em dezembro de 2002 na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o Dieese observou que, enquanto o SM nominal custava duzentos Reais, a CB custava cento e quarenta e sete Reais, montante que dava para comprar naquele período 1,36 CB. No mesmo período de 2010, o SM nominal chegou a 510 e podia comprar 2,1 CB, já que essa custava na cidade carioca 243 Reais. Na capital paulista, a CB em 2002 era de 159 Reais e, por isso, o SM comprava 1,26 cestas. No ano 2010, a cesta básica estava custando 265 Reais e um SM comprava 1,92 cestas. Já no Nordeste do país esses números foram ainda mais expressivos. Em Salvador, por exemplo, o aumento real do SM frente a CB foi maior do que no Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2002, com um SM era possível comprar 1,57 CB. No mesmo período de 2010, o SM comprava na capital baiana 2,53 cestas básicas.

Voltemos à análise de Wanderley Guilherme dos Santos para o qual o número de carteira assinada elevou-se a mais da metade da PEA (População Economicamente Ativa) no governo Lula. Mais de 15 milhões de brasileiros obtiveram emprego com direitos trabalhistas. Cresceu também o número de assistidos pelo sistema da Previdência Social. A curva do desemprego apresentou

uma evolução favorável, com taxas cadentes desde o ano 2005 até o recorde favorável de 2010 (quando a taxa de desocupação foi reduzida a 5,9% da PEA).

No que tange à violência, para o cientista político a violência física caminhou na direção inversa à da renda. Argumenta que violência estrutural é difusa e resistente, mas a redução das carências iminentes da população pobres depende fortemente da disposição e ação governamentais. Esse argumento introduz os números de defensores públicos que, de 2003 para 2008, passaram de 3.250 para 4.525. Nesse período, o número de atendimento jurídico foi de 4,5 para 9,6 milhões (acréscimo de 113%). No ano 2004, 100 centros de especialidades odontológicas foram instalados. Entre 2007 e 2009, mais de 10 mil escolas foram adaptadas para o atendimento de pessoas com deficiência. Em 2009, os Centros de especialidades Odontológicas somaram 771. Outubro de 2009, uma Nova Lei Orgânica da Defensoria Pública ampliou e tornou efetiva a possibilidade de que cidadãos, sem capacidade financeira para a contratação de advogados, obtenham condições de trazer pleitos junto aos tribunais. O programa Bolsa Família e as dezenas de milhões de famílias recuperadas à miséria são conhecidos. O ProUni, o “Programa da Agricultura Familiar” e o “Minha Casa Minha Vida” somam-se aos referidos.

E, por fim, Wanderley Guilherme dos Santos rechaçou o debate que intitula esses programas de assistencialismo. Para ele, o governo Lula nos dois mandatos produziu números relevantes, que, mal tratados disfarçariam as reais transformações pelas quais o Brasil vem passando. Na opinião dele, um sistema de valores e de práticas de perfil tradicionalmente elitista deu lugar a uma orientação de governo comprometido com a promoção econômica, social e cultural da vasta maioria de trabalhadores brasileiros, em particular de suas camadas mais pobres. E com isso, houve uma redução na intensidade dos conflitos que as elites conservadoras sempre empurraram para frente. O absoluto respeito por parte do Executivo às regras do jogo e às demais instituições do país, como judiciárias, legislativas e estaduais, é, na opinião dele, um dos aspectos incluídos no reconhecimento que a população dispensou ao governo.

De fato, os números que Wanderley Guilherme dos Santos apresenta são bem expressivos. E se isso for tomado de maneira acrítica como única chave explicativa de mudança no país, sem dificuldade, nos convenceríamos de que nas cidades brasileiras como o Rio de Janeiro estaria se instalando um clima edênico.

Nosso questionamento duvidoso, e por isso meio pessimista, é se o bom momento vivenciado pelo país e pelo Rio de Janeiro na economia se traduzirá de maneira significativa em desenvolvimento humano para camadas que por vários anos viveram na linha ou abaixo da linha da pobreza. O questionamento é justificável se recordarmos que desenvolvimento humano representa não só melhorar a qualidade da educação e aumentar a expectativa de vida da população, mas principalmente fazer a redistribuição de renda, uma ação política que obrigaria atingir nossas elites.

## **2.1. As práticas da elite brasileira: manter movimento do dinheiro e assegurar a propriedade do território**

Se tomarmos como ponto de partida a cidade do Rio de Janeiro para tentarmos compreender o que se passa no Brasil, há problemas que passam despercebidos na análise “publicitária” de Wanderley Guilherme dos Santos. Já que, para nós, não basta focar nos aumentos nominais e reais do salário mínimo, o que nos conduziria a uma hipótese falsa e muito defendida sobre o surgimento de uma nova classe média. Em nosso julgamento não se justifica apenas por ter aumentado o poder de compra das camadas populares.

É preciso fazer um mea-culpa aqui por insistir nesse tom pessimista. Mas transparece em consequência do meio escolhido para analisar as hipóteses de que vivemos em um novo “Novo Brasil”. Sou da opinião que é preciso antes fazer paralelo com o “Velho Brasil” dos anos 1950 e início dos anos 1960 onde também houve um forte crescimento econômico empurrado por sua máquina de desenvolvimento: a industrialização.

Nossa desconfiança tem respaldo. Conceição Tavares (1999) se mostra como uma autora importante nessa discussão, principalmente por demonstrar que ao longo da história econômica do Brasil, o país sempre cresceu “para dentro”. Esteve, ao mesmo tempo, inserida de forma periférica e dependente na ordem econômica internacional. Seu caráter periférico e dependente não impediu o país de obter durante mais de cem anos uma das maiores taxas de crescimento do mundo

capitalista. Essa observação da autora nos chama a atenção para um ponto. O problema do Brasil jamais esteve relacionado com o crescimento econômico, já que o país sempre conseguiu avançar nessa perspectiva.

Todavia, não se conseguiu avançar no sentido de mudar a prática das elites brasileiras de manter o movimento do dinheiro e assegurar a propriedade do território. E para isso precisaram saber aprender a demandar do Estado brasileiro uma intervenção sob a ideologia da ordem e da segurança nacional, como essa que presenciamos nos anos 2010 no Rio de Janeiro com a implantação de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), Choque de Ordem e Ecolimites. Para Conceição Tavares, tal prática sempre foi a maneira das classes proprietárias de manter seu domínio e de validar seu estoque de capital acumulado.

A burguesia nacional tem caráter “associado”. É uma classe dependente “crônico” das finanças públicas e das benesses do Estado. Sabem como lhe apraz a invonversibilidade efetiva da moeda brasileira, o que é alcançado através das autoridades monetárias brasileiras.

Sobre esses contextos que ocorrem elevado crescimento econômico, Conceição Tavares (idem) é categórica. Baseia-se em Fiori (1995) para afirmar que o Brasil “foge para frente”. Uma “fuga para frente” que se dá numa busca de espaço livres, combinado com a reprodução de relações sociais e econômicas desiguais.

## **2.2. O “Novo Brasil” em Nova Fuga para Frente da Redistribuição de Renda?**

Ao tecer uma análise com o objetivo de localizar uma linha central do período desenvolvimentista que irrompeu nos anos 1920 e alcançou os anos 1980 e do qual o Estado brasileiro assumiu papel protagonista, Fiori (1995) notou um avanço permanente de um processo de urbanização acompanhado do crescimento das camadas médias, da classe operária e de uma massa de desempregados e semiempregados reunidos numa marginalidade urbana.



O economista defende, entre 1920 e 1980, a urbanização brasileira foi responsável por um conjunto de reivindicações em torno da expansão do espaço de participação política e da necessidade de uma melhor distribuição da riqueza nacional. Com uma concentração humana nas grandes cidades, houve um adensamento de necessidades as quais entraram em conflito com os interesses das classes dominantes e dos grupos dirigentes. A complexificação das relações sociais colocou essas classes e grupos em confronto com o problema da emergência ou construção de uma ordem política aberta para atender as demandas dos setores médios e populares das grandes cidades brasileiras.

As demandas das massas cresceram defrontando sistematicamente com um padrão de desenvolvimento que apresentava traços regressivos e concentradores na distribuição da renda, os quais podiam ser traduzidos em altos índices de desemprego, baixos níveis salariais e vastos bolsões de miséria absoluta em certas regiões do interior do país e na periferia das grandes cidades. O Brasil, no período analisado por Fiori, sustentou um padrão de desenvolvimento excludente, manteve uma estrutura extremamente heterogênea e fragmentada social e regionalmente.

Foi exatamente essa fragmentação a responsável pela reprodução permanente e a ampliação do padrão dominante de acumulação. Diante de uma sociedade brasileira fragmentada e de uma inorganicidade política de vários de seus grupos e frações internos, os interesses dos dominados nunca assumiram uma forma muito nítida. Todavia, isso não foi suficiente para reduzir o medo que as classes dominantes apresentavam de uma possível ameaça à ordem capitalista vigente.

O contexto que instigava pânico nas classes dominantes não lhes permitiu furtar-se da crescente dificuldade de estabilizar um sistema político aberto e com vários segmentos penalizados. Ainda mais porque esses últimos se mostravam dispostos a apelar para lideranças populistas, autodenominadas de progressistas.

A ameaça vinha “de baixo”, bem como da própria heterogeneidade interna da sociedade brasileira, o que pressionou de forma permanente as várias frações nacionais ou regionais da classe dominantes. As alternativas dessas frações foram recorrer à repressão (uma ação que nossas elites sempre souberam recorrer muito bem) e fazer do desenvolvimento sua própria sobrevivência.

Dessa maneira puderam mais uma vez fugir do conflito de classe, ação conceitua por Fiori (Ibid) como “fuga para frente”<sup>1</sup>.

O período de industrialização pesada do país, tratado por Wanderley Guilherme dos Santos anteriormente, é um bom exemplo de momento de crise que exemplifica essa “fuga para frente”.

Para Fiori, o Estado desenvolvimentista do governo JK encobriu a recentralização ocorrida e viabilizou o exercício democrático. Naquele contexto, amplos setores das classes médias urbanas que foram surgindo nas últimas três décadas, como também alguns setores das classes populares, aderiram ideologicamente ao grande compromisso de crescer e centralizar. O Estado desenvolvimentista sofrera profunda reorganização na medida em que se viu obrigado a se expandir para atender às novas funções e absorver os novos atores. Fez-se necessário, portanto, um esforço gigantesco para manter os velhos compromissos, adequando-os a um processo de acumulação acelerado que visava capaz de modificar radicalmente o recorte de interesses e a estrutura social de classes.

O país viu surgir um pólo “metropolitano”, pólo híbrido com interesses “internos” e “externos”. Interesses esses que foram defendidos segundo uma lógica que pretendia escapar a possibilidade de controle por parte do Estado nacional. As filiais estrangeiras que se instalaram no país por suas dimensões e importância estratégica trouxeram consigo sua modernidade tecnológica. Essa internacionalização das estruturas produtivas internas aprofundava a heterogeneidade, hipertrofiando a fragmentação regional e social e consolidava sobre uma base material descontínua uma rede de interesses dificilmente integráveis.

No entanto, o padrão de acumulação industrial, impulsionado por uma aliança internacional e desenvolvida ao longo das décadas posteriores aos anos 1950, não

---

<sup>1</sup> A “fuga para frente” é, portanto, uma ação radical na economia com o objetivo de desenvolvimento, acomodar interesses, expandir o Estado e acumular capital. Estratégia usada pelas classes dominantes e dos grupos dirigentes com sentido de “direção à modernidade”. A “fuga para frente” é também um discurso ideológico colocado sob a forma de “compulsão” ao desenvolvimento e à industrialização do Brasil que visa fugir do conflito.

Em contexto de crise se coloca a necessidade imperiosa de crescer, aumentando a capacidade produtiva. Na “fuga para frente”, buscam-se caminhos para atender as necessidades básicas das populações mobilizadas pelo desenvolvimento.

São temas e problemas frequentemente recolocados, nos momentos de crise, por um debate político que girou sempre em torno do papel do Estado e dos capitais nacional e estrangeiro, bem como das reformas estruturais que tiveram na questão da terra o seu ponto nevrálgico.

foi capaz de desfazer os velhos blocos de interesse para cuja produção o Estado era elemento indispensável. Na verdade, ocorreu exatamente o contrário. Refez-se um “velho pacto”, mas com a participação do capital industrial, nacional e estrangeiro devido ao peso igualmente crescente dos capitais mercantis e bancários.

Para Fiori, essa industrialização pesada que se implantara funcionava segundo padrões capitalistas modernas, altamente monopolizados, com baixa capacidade de gerar emprego industrial e segundo dinâmica fundada na hiperconcentração de renda.

Esse padrão de industrialização induziu uma urbanização acelerada. Reproduziu permanentemente uma massa de desempregados e subempregados que vegetariam nos bolsões de marginalidade urbana e miséria rural, o que acabou contribuindo para ampliar as bases de um sistema social excludente nas cidades que receberam as indústrias pesadas.

Foi nesse aprofundamento da heterogeneidade que o Estado “avançado” e todo poderoso se revelaria. Viu-se pressionado entre o pólo metropolitano e os marginais, entre as reivindicações participacionistas dos blocos regionais e das classes médias, entre órbitas do capital bastante centralizadas e produtivas e outras que só reproduziram graças a “permissividade” especulativa da valorização mercantil e financeira e, mais recentemente, industrial.

A saída encontrada foi expandir o aparelho estatal e seus instrumentos de ação direta e indireta na economia e na sociedade. O Estado absorveu e encapsulou as contradições da sociedade que já se mostrava segmentada. O grande problema foi que não o fez por iniciativa própria e autônoma, mas com objetivo de responder às exigências cada vez mais numerosas, complexas e inconciliáveis. Por isso, preservou as contradições e empurrou o pacto para frente, ou seja, adotou a “fuga para frente”.

Novamente o Estado precisou centralizar e crescer. Ocorre, porém, que essa solução sempre aponta para um autoritarismo. Nesse contexto heterogêneo, esse autoritarismo se intensificará ainda mais, agora numa Ditadura Militar excessivamente autoritária.

Segundo Fiori (1995, p.104):

Cumpre-se, assim, uma profecia incrustada num Estado que nascera para gerir poderes que lhe foram delegados pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial e pela decisão das

várias frações dominantes: **os militares, apoiados em seus velhos argumentos sobre a segurança nacional, transformava-se em árbitros e gestores diretos da nova “fuga para frente”**. Passava-se a uma nova etapa no desenvolvimento das contradições próprias de nossa acumulação capitalista. **Eis aí, na sua origem cronológica, a dinâmica do golpe militar de 1964.**” [O grifo é meu]

Essas são consequências de um capital que se valorizou hiperconcentrando a riqueza e marginalizando amplos setores da população com ajuda da repressão. Prática que se sustentou em falsos-problemas os quais não são senão discursos de fundo ideológicos, quais sejam, da necessidade de garantir a ordem e a segurança da nação.

### **3. SOBRE A ARTE DE GOVERNAR A CIDADE MODERNA ATRAVÉS DA TRIANGULAÇÃO POPULAÇÃO, DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA E POLÍCIA**

Foucault (2001) analisa alguns dispositivos de segurança a fim de compreender o modo pelo qual surgiu o problema que levou à questão do governo: relação entre segurança, população e governo. Em sua busca histórica observa a emergência da arte de governar, a qual se designaria mais tarde como uma ciência da política. Esse estudo de Foucault se apresenta importante neste estudo, na medida em que oferece subsídio para compreender a polícia como um meio de governar. A partir de então entender a polícia além de uma instituição, já que diz respeito ao modo político de governar. Com isso poderemos discutir o processo de policialização da cidade do Rio de Janeiro em um projeto de governo que prioriza os dispositivos de segurança e a polícia, gerando assim discursos de intolerância à desordem urbana. Políticas como “Choque de Ordem”, UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), Processo de Remoção de Favelas e Ecolimites se somam a um modelo de governo dirigido aos interesses das elites cidadinas cariocas.

Voltemos à análise de Foucault para o qual a “arte de governar” se ligou desde o século XVI ao desenvolvimento da máquina administrativa da monarquia territorial, os aparelhos de governo. Esteve atada a um conjunto de análises e de saberes que surge no final do século XVI e que adquire toda sua importância no século setecentista: o conhecimento do Estado, em vários elementos, dimensões e nos fatores de sua força, a qual se denominou de estatística (uma ciência de Estado). E, por fim, esteve também relacionada com o Mercantilismo e o Cameralismo.

O Estado passa a ser compreendido no sentido positivo e pleno e que tem sua racionalidade própria. É um Estado governado segundo regras racionais próprias, que não são deduzidas das leis naturais ou divinas, tão pouco de preceitos da sabedoria ou da prudência.

A arte de governar, por sua vez, encontra os princípios de sua racionalidade naquilo que constitui a realidade específica do Estado que Foucault (2001) chama de governo em sua forma política.

O Mercantilismo é o primeiro modo racional do exercício do poder como prática de governo. Com ele se começa a constituir um saber sobre o Estado para utilizá-lo como tática de governo. Mas foi barrado, porque se dava como objetivo a força do soberano e não o país.

Em resumo, pode-se dizer que no século XVI havia um modelo muito vasto, abstrato, rígido, ou seja, o da soberania, enquanto que, no século seguinte, predominou um modelo bastante estreito, débil, inconsistente: o da família. Nesses dois séculos, a arte de governar não podia encontrar dimensão própria. Existia uma forte separação de dois lados: Estado e soberano de um lado, pai de família e sua casa de outro.

A arte de governar só se desbloqueia com a expansão demográfica do século XVII, com a abundância monetária e com o aumento da produção agrícola, problemas da população que necessitava de uma centralização da economia em outra coisa que não na família. Através do desenvolvimento da ciência do governo a economia centralizou-se numa certo nível de realidade, no que caracteriza hoje como econômico. O problema social foi pensado fora do quadro jurídico da soberania e da Estatística, principal (ou um dos principais) fator técnico do desbloqueio da arte de governar, que se tornará, por excelência, a ciência de

governo. É esta ciência que mostrará uma regularidade própria da população e que revelará que essa população tem características próprias.

O surgimento da população enquanto categoria analítica permitiu a centralização na noção de economia e a eliminação da família como modelo de governo. Embora desapareça como modelo, a família passa a ser constituída como elemento no interior da população e, principalmente, como instrumento fundamental. Com a liberação da arte de governar, há, portanto, a eliminação do modelo de família que passa para o plano secundário, já que o plano primário é a população, um instrumento de governo, um fim.

Em torno do nascimento dessa economia política, no século XVIII, haverá a passagem de uma arte de governo para uma ciência da política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo.

Mas não se devem compreender as coisas em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Há uma triangulação (soberania, disciplina e gestão governamental) que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais, como a polícia.

O movimento que abala a soberania, que faz aparecer a população como um dado e que isola a economia como setor específico da realidade e a economia política como ciência e como técnica de intervenção do governo na realidade formam um conjunto que não se desmembra facilmente: governo, população e economia política.

O conceito de governamentalidade de Foucault se mostra importante para compreender polícia, conceito que quer dizer três coisas. Em primeiro lugar, refere-se à um conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos os dispositivos de segurança. Em segundo, é uma tendência ocidental que levou esse tipo de poder a ser chamado de governo, desenvolveu vários aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. E por fim, pode dizer-se que é o resultado do processo em que o Estado de justiça da Idade Média foi pouco a pouco governamentalizado.

Pastoral, polícia e novas técnicas diplomático-militares são pontos de apoio que fizeram surgir a governamentalização do Estado. A governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado de governo, nasceu, portanto, a partir de um modelo arcaico, pastoral cristão, que se apoiou em uma técnica diplomático-militar. Posteriormente adquire suas dimensões atuais graças a uma série de instrumentos particulares, cuja formação é contemporâneo da arte de governo e que Foucault chama “a polícia”.

#### 4. DESEJO INCONTROLÁVEL DE CONTROLAR A ORDEM URBANA E A POPULAÇÃO COM DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA E POLÍCIA

Não faz muito tempo que pude perceber, a partir de entrevistas de campo<sup>2</sup>, que os habitantes de cidades de outros Estados, muitas vezes, buscavam corroborar seus “medos” e insegurança referenciando o Rio de Janeiro como exemplo de cidade perigosa e amedrontadora. O Rio de Janeiro era evocado (já que isso começa a mudar) nos discursos para justificar a opinião corrente segundo a qual viver na cidade carioca seria algo muito incerto e perigoso.

Cogitava-se um alarme em torno de um suposto aclave nos índices de violência no Rio de Janeiro, com base em uma “espetacularização” de casos de violência difundida pela mídia conservadora, pelas campanhas políticas ou pelas próprias instituições de polícia. Isso acabou por, muitas vezes, atizar um sentimento obsessivo por punição e assim justificar a intensificação do desejo de controle da ordem, o recrudescimento de ação policial que quase sempre resultou em excessos de violência e infrações contra os direitos humanos. Tudo tendeu afigurar-se como

---

<sup>2</sup> CAMARGO, Jean Carlos G. Medo e Insegurança na Cidade de Jataí. In: SOUZA, Dalva Borges (Org.). **Violência Urbana em Goiás: Práticas e Representações**. Goiânia: Editora UFG: Cânone Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os Medos e Os Processos de Segregação Sócio-Espacial na Cidade de Brasília**. 2010. 150 f. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

mecanismo de reduzir a violência e, principalmente, o sentimento de medo e insegurança na sociedade brasileira onde, segundo Sérgio Adorno (1998), predomina um obsessivo desejo de punição.

Ocorre que essas representações acerca da cidade do Rio de Janeiro já não eram mais coerentes com os fatos. No início do século XXI, as estatísticas da SENASP (2006), por exemplo, acerca de crimes violentos letais e intencionais nos estados e municípios brasileiros indicam que ela havia se reduzido em alguns grandes centros urbanos e aumentado em algumas cidades médias ou mesmo pequenas. Se, por exemplo, compararmos taxas de homicídio, ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, ponderando violência por população, notaremos que suas taxas de violência tinham sido menores do que de outras cidades fluminenses, bem como de outras capitais (entre as quais Recife é um bom exemplo).

Luciana Lago (2009) chama a atenção ao fato da cidade carioca ter sua incidência de violência exacerbada pela exposição midiática que propaga a sensação de insegurança para além da própria cidade ou mesmo do Estado fluminense. Demonstrou que dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), as taxas de violência do município do Rio de Janeiro foram menores do que de outras cidades da RMRJ. Dentro da própria Região, dos seus 16 municípios, o município do Rio de Janeiro, no início dos anos 2000, ficou na antepenúltima posição em taxa de homicídio por 100 mil habitantes, bem atrás dos três municípios que registraram respectivamente o maior número de homicídio no Estado: Itaguaí, Itaboraí e Belford Roxo.

Ora, embora as modalidades de violência da última década fossem decorrentes da miséria, da injustiça social, especialmente, os crimes contra o patrimônio, os crimes estiveram presentes, diariamente, nas falas do cidadão comum que cada dia mais “demandaria ordem” das autoridades encarregadas de projetar e implantar políticas públicas penais. Foram falas frequentemente veiculadas pela imprensa escrita e pela mídia eletrônica e que, inclusive, não se encontraram ausentes, de acordo com Adorno (1998), do debate acadêmico e do discurso científico. Para ele, o sentimento de insegurança e de medo do crime, nos episódios que mencionam a fragilidade do Estado em cuidar pela segurança dos cidadãos e proteger-lhes os bens, materiais simbólicos, convergirem para um único



e mesmo propósito, ou seja, fomentar um desejo de punir obsessivamente, com maior eficiência e maior exemplaridade.

Para esse sociólogo, a população, muitas vezes, passou a exigir uma polícia menos tolerante para com os criminosos e uma justiça criminal mais rígida.

As discussões sobre a realidade da violência nas sociedades contemporâneas passaram a ser articuladas a um suposto crescimento dos índices estatísticos, o que, frequentemente, foi interessante para dirigentes políticos, bem como comandantes de polícia, que fizeram disso moedas eleitoreiras de troca.

A observação de Porto (2004) parece importante nessa discussão, já que ela desenvolveu pesquisa qualitativa com policiais. Para os policiais que Porto entrevista, a população brasileira vive amedrontada e insegura o que a obriga solucionar seus temores adquirindo armas de fogo. Supuseram que a sociedade brasileira se “militarizava”. Todavia, tal especulação, vindo de um quadro que tem interesse em transformar a “policialização” em principal projeto de governo, não tomaria o caminho da neutralidade política. Era o mote que as polícias e gestores públicos precisavam para fazer um uso da lógica de repressão policial através de projetos de “tolerância zero” com os desvios e desviantes da ordem.

Voltemos ao caso do Rio de Janeiro. Michel Misse (2008) nos fornece uma chave-explicativa para as frequentes evocações do Rio de Janeiro como uma cidade amedrontadora. Na opinião dele, desde o início dos anos 80, uma mídia sedenta de público e de espetáculo fez o tema de “violência urbana” passar a frequentar cotidianamente noticiários e debates públicos. A insistente referência à cidade carioca foi fomentada pela divulgação midiática em rede nacional de eventos de violência (dos índices de crimes violentos do Rio de Janeiro).

De fato, muito desse temor da cidade pode ser creditado, sem dúvida, aos meios de comunicação. O modo como muitos meios de comunicação, tanto nacionais como locais, noticiaram atos de violência em espaços físicos específicos tendeu a ressaltar uma suposta universalidade do fato, de modo a desestruturar a sensação de segurança.

Não precisamos voltar muito no tempo para enumerar exemplos. A divulgação midiática do fato ocorrido, no dia 21 de agosto de 2010, em São Conrado, bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro, pode muito bem corroborar nosso argumento. A troca de tiros entre traficantes, que retornavam à favela da Rocinha depois de um baile *funk*, e uma equipe da Polícia Militar correu o mundo por meio da mídia. São notícias

como essas que vão afetar indivíduos em outros espaços, fomentando neles um alto sentimento de insegurança e medo de circular pela cidade<sup>3</sup>.

E a própria mídia tem mudado seu tom sobre o Rio de Janeiro, assumido o outro pólo. Violências são invisibilizados, principalmente aquelas ligadas aos interesses da preparação da cidade para os mega-eventos. Como mostra Vilela Elias (2011) ao analisar as manchetes do jornal O Globo, referentes ao réveillon na cidade do Rio de Janeiro, antes e depois da escolha da cidade para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 e depois da instalação de UPPs em várias favelas cariocas:

[...] das quinze manchetes publicadas pelo jornal O Globo sobre réveillon, de 20/12/2006 a 05/01/2007, apenas cinco não relatam episódios ligados à violência. As outras dez destacam-se pelo uso dos termos: “guerra”, “tiros”, “milicianos”, e “medo”. [Já no Réveillon de 2010] Das oito manchetes apenas uma fala sobre algo que podemos considerar como violência, na medida em que descumpra alguma regulamentação do Estado. No caso, os quiosques infringindo a lei no “réveillon da ordem”; de uma cidade segura, que segue rumo à pacificação, “livre do tráfico” como diz a manchete de 2 de janeiro [de 2010]. Pelas manchetes mais recentes o Rio vai deixando pra trás a alcunha de cidade violenta e retomando a marca “cidade maravilhosa”. (Ibid, p.6)

Embora a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro venha deixando de ser manchetes nos principais mídias brasileiras, tem intensificando a intolerância e o desejo incontrolável dos gestores públicos de controlar qualquer desordem urbana na cidade carioca. Sustentando-se na teoria das janelas quebradas, a prefeitura carioca tem defendido abertamente em seu sítio que *“a desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral”* (Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2012). Parece ser tratada como uma doença que precisa ser eliminada. UPP, Ecolimite e Choque de Ordem “nascem” nesse contexto de obsessivo desejo de ordem.

Como as desocupações arbitrárias e as remoções de famílias para a construção de vias entre outros. Qual o interesse da grande mídia de se silenciar? A quem interessa esse silêncio?

---

<sup>3</sup> Em outro momento fiz essa discussão tentando mostrar que a violência que afeta o imaginário e a sensibilidade dos moradores de uma cidade com menos de 90 mil habitantes é aquela de um espaço mítico, a violência das grandes metrópoles, que chega através dos meios de comunicação, gerando um alto sentimento de insegurança e medo na população. (O texto está no prelo e será publicado no livro organizado pela socióloga Dalva Borges de Souza pela Editora da UFG: Cãnone, ainda neste ano).

## 5. SOBRE AS UPPs - UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA

Não restam dúvidas de que estamos vivendo na era da segurança. Todavia, interessa saber o que está por detrás dessa obsessão por segurança em nossa sociedade contemporânea. Uma hipótese que levantamos é de que se deseja segurança total como objetivo de uma garantia de vida infinita, ou pelo menos o prolongamento da vida moderna de consumos de bens e serviços. E se associa o aumento quantitativo de polícia (tanto pública como privada) como antídoto para insegurança urbana, uma sensação que deveria ser tomada como normal na vida urbana contemporânea. Em busca de segurança total, o cidadão comum tem a correlacionar sua insegurança com o aumento de violência, em especial, os crimes violentos.

Não por acaso, nos últimos anos, a segurança pública transformou-se em um serviço de primeira necessidade para os cidadãos. Michel Misse (2008) nos apresenta uma chave explicativa para entender essa transformação. Para ele, os índices de crimes violentos do Rio de Janeiro, potencializados, desde o início dos anos 80, por uma mídia sedenta de público e de espetáculo, passaram a frequentar noticiários e debates públicos, com o tema de “violência urbana”. Isso exponenciou o sentimento de insegurança de tal modo que, a partir dos anos 1990, ao lado do emprego e da saúde, a segurança passou a ser uma das principais preocupações do cidadão carioca.

Bauman (2009), por exemplo, observa que nessa era cujo desejo é de segurança total, o outro lado da moeda é a sensação de insegurança moderna, em suas várias manifestações, a qual é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos. Diante dessa situação, Bauman (Ibid) levanta uma hipótese. Para ele, aquele que conseguir controlar os medos bem como a esperança e as “saídas” (as soluções), controlará também o projeto sócio-político das cidades. O problema é que quase sempre a saída na qual se aposta é em aumentar o quantitativo e intensificar o trabalho das polícias, o que quase sempre resultou em arbitrariedades e desrespeito aos direitos dos cidadãos.

As UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) se enquadram nessa tentativa de encontrar esperança através de soluções para o problema do tráfico de drogas no Rio de Janeiro que a partir dos anos 1970, segundo Misse (2012), passou a investir

em militarização sistemática para disputar e garantir territórios entre as facções e mais tarde entre essas e a polícia: as milícias. Por décadas, o resultado disso foi levado aos quatro ventos por interesse dos principais meios de comunicação do país, que mostrou diariamente o crime violento cometido por traficantes, fomentando uma representação social de Rio de Janeiro como sinônimo de lugar perigoso.

Todavia, para Misse (idem, p.2), *“finalmente agora, a vitória conquistadora das polícias com o apoio tático de parte das forças armadas, sinalizando que o território deixou as margens do Estado para se integrar plenamente, com bandeiras e tudo, à ordem constituída”*. As UPPs (como saída apostada) pretendem, portanto, oferecer um serviço de polícia comunitária de confiança, reivindicação antiga de muitos moradores das favelas cariocas. O tudo indica é que a polícia não deixará de praticar a “guerra” no território das favelas. O discurso, porém, que o governo defende agora é de que a “guerra” será apenas uma etapa para “paz”. Passado o período de guerra a polícia se transformará em uma instituição “pacífica”.

Não se sabe até quando durará esse clima de paz e amor. Reconheço que essa dúvida lançada soará como uma blasfêmia aos crentes defensores das UPPs. Todavia, apego-me em Giddens (2003) quando diz que sempre retornamos ao mesmo ponto. Por isso, estamos com os livros de história abertos naquelas páginas que tratam de uma história recente de ditaduras militares ou de polícia brasileira que sempre se viu como “sinônimo de autoridade” e por isso teve dificuldade de perceber como prestadora de serviço público.

Machado da Silva (2010, p.4) chama a atenção em ponto que vale a pena trazer à discussão. Diz que *“a cultura brasileira como um todo – o que inclui o mundo popular, sublinhe-se – não tem nada de ‘pacífica’*. Pode-se dizer que *a violência é uma parte central, pervasiva e renitente, de nossa formação histórica*”. Há muitos motivos para desconfiar da passividade da Polícia Militar cujo sistema de trabalho é fechado, organizado em torno do sigilo, do anonimato e da violência e que tem segredos protegidos pela organização mediante uma série de estratégias que vão desde votos de sigilo até punição física (Huggins, Haritos-Fatouros, Zimbardo, 2006).

Vale lembrar a observação de Arthur Costa (2004) segundo o qual a polícia não é politicamente neutra durante a realização de uma tarefa técnica. É ela que interpreta a lei, mas apenas (o que é muito arriscado) decide quando e como a lei

será empregada. A preocupação é válida se considerarmos que além da legislação criminal, outros fatores, tais como idade, raça, classe social, etnia e religião influenciam profundamente as decisões dos policiais cujo poder tende a ser maior onde há desigualdade relativa entre grupos acerca de educação, emprego qualificado e rendimentos. Diante desse quadro, o grande desafio é saber até quando se conseguirá controlar o poder discricionário dos policiais UPPs sobre indivíduos de hierarquia mais baixa como os moradores das favelas cariocas.

Mas até aqui nossa opinião vai pela contramão das adulações eufóricas da população e dos meios de comunicação os quais, segundo Machado da Silva (2010), têm buscado propagar notícias sobre as melhorias no controle do crime, principalmente o crime violento relacionado com o tráfico de drogas ilícitas. Há uma maciça aprovação popular dos moradores ou não dos locais onde há uma UPP, o que não deixa de ter coerência, pois, como nota Misse (2012), as UPPs prometem ser uma polícia comunitária confiável que sirva os habitantes ao invés de ameaçá-los e extorqui-los. O sucesso das UPPs, de fato, deve-se muito aos bons resultados apresentados. É claro que as UPPs estão longe, na concepção de Machado da Silva (2012), de eliminar a arbitrariedade policial. Todavia, onde foi implantado UPP, ela tem se reduzido.

Há evidência que as UPPs contribuíram para reduzir significativamente o sentimento de insegurança na era da segurança. Não apenas nas comunidades, mas como em toda cidade carioca. Dentro da lógica “se P então Q” já era de se esperar que o aumento do número de policias nas favelas pudessem inicialmente reduzir a sensação de insegurança e medo. Até quando essa sensação de insegurança será cadente não se sabe, nem mesmo se extinguirá o comércio de drogas a varejo nas comunidades onde há UPP. O que se sabe é que essa exaltação às UPPs se sustenta, para Machado da Silva (idem, p.1), na *“esperança de uma cidade calma e serena, que é o outro lado do medo do vizinho que há décadas nos assola a todos. Infelizmente, esta expectativa é um mito inatingível”*.

A UPP foi uma novidade que acabou se transformando na principal bandeira do governador Sérgio Cabral Filho e foi fulcral para sua reeleição no primeiro turno das eleições de 2010 com quase 70% dos votos, porcentagem semelhante a aprovação popular das UPPs, medido pelo IBPS (Instituto Brasileiro de Pesquisa Social) em janeiro de 2010 por encomenda do Jornal O Globo.

Todavia, Cabral não descobriu as UPPs. O que fez foi seguir religiosamente a “bíblia política” de Maquiavel (1987 [1513]), em especial aquele capítulo que orienta o “príncipe” a realizar grandes ações, mas de maneira prudente seguindo pelos caminhos já percorridos. Aproveitou para seguir outro ensinamento, qual seja, de que um conquistador precisa executar as injúrias todas de uma vez só, porque quando o castigo é demorado ofende mais. E os benefícios? Esses devem ser realizados pouco a pouco e de modo que dêem margens a largos comentários. Uma receita que, me parece, vem sendo seguida. Esse trecho resume o que queremos dizer:

[...] Em resumo, as UPPs nascem como resultado invertido da truculência retórica, que exagerava no reconhecimento explícito do que secularmente acontece nos bastidores do controle das “classes perigosas”, que sempre se realizou através da violência. Inverteram-se os termos: a guerra – isto é, as famigeradas “operações”, que estão longe de ter acabado – prepara a pacificação; a guerra deve ser intensa, mas é curta; já a pacificação pode ser lenta, mas é de longo prazo. (Machado da Silva, 2010, p.2).

Voltemos à discussão. Para o sociólogo Michel Misse (2012), as UPPs guardam muita semelhança dos Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAEs), criados durante o governo Garotinho (1999-2002). Os GPAEs, segundo ele, inicialmente funcionou muito bem, como ocorre com as UPPs hoje. Com o tráfico de drogas fortalecido, os traficantes continuaram, contudo, comercializando drogas nas franjas da polícia: *“O programa ruiu quando a grande imprensa do Rio denunciou que o governador estava também ‘tacitamente’ aceitando que o tráfico continuasse a operar, mesmo que sem violência e sem ‘controle’ efetivo do território”* (Ibid, p.2). Isso foi suficiente para enfraquecer os GPAEs, que não foram extinto, mas continuariam a existir em forma de minibatalhões. A comparação é válida, mas é preciso reconhecer também que as UPPs atingiram uma abrangência territorial muito superior a de sua antecessora.

Esse romance das UPPs com os grandes meios de comunicação cuja cobertura jornalística acriticamente simpática às ações de “reconquista” em curso, segundo Marcelo Lopez de Souza (2010, p.3), *“tem se revelado até operacionalmente simbiótico com o Estado e quase indissociável de sua dinâmica”*. Além de impactar positivamente na opinião popular, vem angariado apoio dos

especuladores imobiliários que têm dado largos sorrisos com supervalorização dos imóveis, principalmente nas adjacências das comunidades onde foi implantado UPP.

As UPPs têm também deixado vários pesquisadores na platéia. Uma ação que se justifica (embora não devesse) quando se vê a reação acrítica da população comum contra aquele que fizer qualquer espécie de análise menos eufórica das UPPs. Um bom exemplo é Luiz Antônio Machado da Silva, grande referência da sociologia urbana e da violência.

O sociólogo concedeu uma entrevista ao “Portal Comunidade Segura” da ONG Viva Rio (“UPPs: pacificação ou controle autoritário?”) durante a qual expôs opiniões também críticas acerca das UPPs. A reação do público foi imediata. Acusaram-no de viver um “distanciamento da realidade fática das ruas cariocas”, de ser defensor dos direitos humanos e por isso de traficantes e bandidos. Machado da Silva que é referência na área não apenas no Brasil como em muitos outros países, a mais de 40, faz pesquisas urbanas empíricas no Rio de Janeiro. Poucos são aqueles que conhecem como ele a realidade das duas cidades de Zuenir Ventura (1994).

Nesse quadro de mudanças e restrições legais e econômicas a implantação das UPPs, como também dos Ecolimites (muros verdes), é uma medida de contenção e regulação das camadas populares, principalmente moradores das favelas. O que mais chama a atenção é que são políticas implantadas num contexto de forte controle do território carioca. Propostas que, a meu ver, atualizam ideias higienistas e reafirmam preconceitos. Se no tempo das políticas urbanistas de Carlos Lacerda, a remoção das favelas era compulsória e respaldada pela força policial, hoje a UPP associada aos ecolimites atendem a um propósito de desarticular os movimentos sociais das comunidades e abrir o espaço da favela para ação da especulação imobiliária. Mas não só, porque também é uma maneira de soffrear a redistribuição de renda real num contexto de forte crescimento econômico no país e no Rio de Janeiro. Acreditam que isso é possível quando se garante o controle das “classes perigosas”. Esse foi a maneira como nossas elites garantiram a concentração de renda nos anos 1960, quando o país percebia uma forte crescimento de seu *PIB per capita*, incentivando e apoiando uma Ditadura Militar.

Os desafios das UPPs, na opinião de Misse (2012), não é mais tomar os territórios dos traficantes (principalmente aqueles vinculados ao Comando Vermelho

que perde terreno no Rio), sitiá-los, vencer-lhes a resistência, abordá-los militarmente com apoio da mídia e da opinião pública. Nem mesmo o de “levar políticas públicas” para as comunidades com UPPs. Mas desterritorializá-los, normalizando-os e integrando-o como bairro formal da cidade do Rio de Janeiro. *“Favela ou comunidade, não importa o eufemismo, o que se faz é reificar no território relações sociais de segregação e estigma, de desigualdade e repressão. Nesse sentido, as UPPs terão alcançado sucesso quando não buscarem a permanência, quando não buscarem uma nova (ainda que bem intencionada) territorialização”*. Porque o maior risco é que a territorialização, com o tempo, sirva novamente aos mercados ilegais de drogas a varejo e de mercadorias políticas

Já Machado da Silva (2010) observa uma capacidade reivindicativa muito limitada da população que reside nas localidades das UPPs. Com a entrada das UPPs, muitos policiais da UPP, em especial os oficiais de patente superior, são procurados como autoridade capaz de resolver pequenos problemas cotidianos da atividade diária, bem como para interlocução com serviços públicos ou instituições públicas e privadas como demonstram abaixo Monteiro e Andrade (2012, p.22):

Na noite do dia 20 de agosto de 2011, o Museu Histórico Nacional estava iluminado para receber as 15 meninas do segundo baile de debutantes do Morro da Providência, no Rio de Janeiro. As jovens tiveram seus vestidos, maquiagens e penteados financiados por empresas privadas e o jantar foi pago pelo Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurantes do Rio. A iniciativa veio do comandante da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Providência. O capitão Glauco Schorcht foi o responsável pela ideia em 2010, quando um grupo de meninas pediu a liberação de bailes funk na comunidade. Ele não permitiu, porém, ofereceu em contrapartida uma “experiência de conto de fadas”.

Como se observa, os policiais das UPPs vêm assumindo um papel de responsabilidade das associações de moradores ou de movimentos sociais, as quais perdem legitimidade com a entrada delas.

No entendimento de Machado da Silva (2010, p.6), é muito arriscado “policializar” as atividades político-administrativa nos territórios. *“Transformar um braço da repressão ao crime em organização política é tudo que o processo de democratização não precisa”*.

Com a tentativa de regular a vida cotidiana através de conduta invasivas da privacidade dos moradores a fim de garantir a ordem excessivamente, as UPPs agem de maneira semelhante as polícias do período de Ditadura Militar, agora,



contudo, adotando de violência simbólica no toque de recolher, bem como a proibição dos bailes funks, uma atividade cultural dos jovens das comunidades.

Isso nos leva a pensar que uma política de segurança pública que procura apenas restringir através da violência simbólica pode demorar até que a população perceba a quem isso realmente interessa em longo prazo.

Destarte o conflito já está instalado.

## 6. ECOLIMITES OU SÓCIO-LIMITES?

### 6.1. Da “preservação ambiental” à segregação sócio-espacial

A relação da favela com a cidade do Rio de Janeiro sempre foi uma relação conflituosa e tensa. Ao longo da história, a favela sempre recebeu um tratamento diferenciado do Estado que sob a direção da elite da cidade procurou constantemente negá-la ou anulá-la. De fato, as estratégias de remoção de habitantes para áreas afastadas da cidade, quer em contextos onde prevaleceram paradigmas higienistas de um urbanismo importado quer em contextos políticos durante os quais os “favelados” eram tratados como moedas políticas eleitoreiras, inúmeras vezes investiram contra esse estilo de moradia.

As Políticas de Remoções Compulsórias de Favelas, por exemplo, promoviam, nos anos 1960 na cidade do Rio de Janeiro, o isolamento de famílias pobres deslocadas para expansões em grandes áreas vazias, localizadas além dos limites urbanos. A Cidade de Deus, no bairro de Jacarepaguá, e a Vila Kennedy, em Santíssimo, são bons exemplos de construções destinadas ao reassentamento compulsório de indivíduos que habitavam favelas da Zona Sul da cidade naquele contexto (Magalhães, 2005).

Ora ou outra essas experiências de remoção se traduziram em ações fracassadas, já que a população, na maioria das vezes, conseguiu retornar às áreas originárias de que tinha sido removida. Isso só demonstra que as favelas têm

culturalmente um princípio de racionalidade inquestionável, principalmente locacional.

Seguindo a linha de pensamento da urbanista Paola Jacques (2007), percebe-se a favela como espaço-movimento em transformação contínua, é uma estética espacial do movimento que se liga a seus atores, sujeitos da ação. Assim, o movimento no espaço só podia ser conservado se deixasse que ele se movimentasse. Na concepção da urbanista, espaços-movimentos mudam de natureza quando são fixados.

Essa corrente de pensamento da qual faz parte Paola Jacques defende que os arquitetos e planejadores urbanos precisam da participação da população para que a cidade seja de fato uma construção coletiva. Esses seriam apenas tradutores e catalisadores dos desejos dos habitantes. Espaço-movimento não está ligado ao planejamento urbano ortodoxo, mas ao dia-a-dia urbano. Ao seguir a lógica cotidiana, é possível “urbanizar”, no sentido de melhorar o urbano, sem, no entanto, deixar de preservar a alteridade das favelas.

Essa população das favelas foi impelida a fixar residência em espaços não urbanizados que mais tarde seriam definidos como “áreas de proteção ambiental”. Numa visão panorâmica da zona sul, as favelas são reconhecidas em espaços menos urbanizados em áreas limítrofes à Mata Atlântica que coincide também os limites da cidade.

A cidade despe-se da natureza para vestir-se da técnica. Com essa frase, Milton Santos (1997) canalizava as preocupações com relação à globalização na dinâmica das cidades. Para ele, a evolução das cidades seria empreendida por um cumulativo de desenvolvimento e expansão da tecnologia urbana que se reflete sobre a infra-estrutura, obras públicas, etc. Essa formulação sugere uma tensão entre o modo de vida urbano e o espaço da natureza. Reconhecer essa tensão não significa considerar técnica e natureza ou cidade e natureza como domínios excludentes e incompatíveis. A natureza também figura como um importante valor para a população urbana de uma metrópole como o Rio de Janeiro. “Preservar a natureza” assume contornos cada vez mais moralizantes e ganha, como um *slogan* fácil, a simpatia do público, principalmente indivíduos das classes alta e média.

A natureza como valor penetra a formulação de políticas públicas de caráter segregador e autoritário como a política de implantação de eco-limites em favelas da Zona Sul carioca, tema que será o foco deste texto.

Em janeiro de 2009, o Governo do Estado do Rio de Janeiro colocou na agenda das políticas públicas um projeto de construção de muros em torno das favelas. A proposta do projeto seria impedir o crescimento desordenado de 11 comunidades e assim proteger a “natureza” dos indivíduos que habitam aquelas áreas. A contenção se dá através de muros “cegos” de concreto os quais podem chegar até 3,5 metros de altura.

Diferentemente da justificativa sanitaria de intervenção das favelas, esses “eco-limites” encontram sua justificativa no apelo ambiental, ou seja, no discurso dos idealizadores segundo os quais o projeto ratifica que as favelas estão em expansão horizontal sobre as reservas de Mata Atlântica do município carioca. Além de ser por si só polêmico, o projeto se mostra contraditório na medida em que se observa que as áreas escolhidas para receber os paredões de concreto não se enquadram dentro dos objetivos principais do projeto: conter a expansão horizontal das favelas. Dados do IPP (Instituto Pereira Passos) demonstram que as favelas nas quais estão sendo construídos os muros são as que menos crescem. Na cidade do Rio de Janeiro, de 1999 a 2008, as favelas cresceram 6,88%. Todavia, aquelas favelas da Zona Sul escolhidas para a implantação dos eco-limites aumentaram em média pouco mais de 1%. Na favela Santa Marta, ocorreu exatamente o contrário. Segundo Vitória (2009), a comunidade sofreu decréscimo de 0,8%.

Até mesmo a forma de se referir aos muros foi adaptada com eufemismo, já que na linguagem difundida pelo poder público, fala-se em eco-limites, e não em muros. Essa ideia de fincar muros segregacionistas em torno das favelas é bem mais antiga do que o Projeto de Lei 245/2009 de autoria do vereador Leonel Brizola Neto que instituiu no município regulação para implantação de eco-limites. Vitória (2009) também notou que a proposta de construir muros para limitar as favelas cariocas já tinha sido pensada durante o governo de Rosinha Garotinho (2003-2007). Naquela ocasião o secretário estadual de desenvolvimento urbano e meio ambiente Luis Paulo Conde fez uma proposta, todavia, rejeitada devido a duras críticas da população, intelectuais e opinião pública. A situação inviabilizou levar a diante o projeto.

Além de ser considerado inconstitucional, já que viola os princípios básicos do cidadão, vai de encontro aos valores estéticos e culturais dos habitantes das comunidades. Esse projeto de construção de eco-limites foi aprovado no ano 2009, coincidindo com o processo de implantação da política pública de segurança UPP (Unidade de Polícia Pacificadora)<sup>4</sup>. Seria em nome da “ordem” na cidade e em nome da proteção ecológica que os moradores da favela Santa Marta precisariam conviver com um extenso muro de 3 metros de altura<sup>5</sup>.

Tanto os “muros verdes” quanto a implantação das UPP preconizam o controle e a imposição de uma ordem ao espaço das favelas. Supõe-se que as favelas constituem espaços desordenados. No entanto, Castells (2000) adverte que a desordem urbana não existe de fato, pelo menos não no sentido que a gestão pública supõe. De acordo com ele, o agente que promove a desordem é o mercado o qual tende a anular as diferenças e as características particulares de cada localidade.

**Figura 1 – Eco-limite ou Muro ecológico no Dona Marta, Rio de Janeiro, RJ**



Foto: Zô Guimarães

<sup>4</sup> Cabe lembrar que a primeira UPP no Rio de Janeiro foi implantada no Santa Marta no dia 19 de dezembro de 2008.

<sup>5</sup> Depois disso, o governo prometeu mais 10 muros para cercar as favelas, com financiamento da Fecam (Fundo Estadual de Conservação Ambiental). No ano 2009, esse fundo disponibilizou R\$ 260,25 milhões, dos quais R\$ 5,88 milhões foram gastos com os ecolimites das comunidades no Dona Marta, Rocinha, Chácara do Céu e Parque da Pedra Branca. Um ano depois, o Fecam arrecadou R\$ 373,87 milhões, dos quais R\$ 14,59 milhões foram investidos na delimitação de ecolimites e remanejamento de ocupações nas três últimas comunidades.

Os direitos à moradia e ao acesso aos serviços urbanos são suprimidos por um discurso mobilizado pela EMOP (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro), empresa encarregada da construção dos muros, que situa a construção de muros como uma medida de proteção ao meio ambiente.

Para a EMOP o mais importante não é atender às expectativas ou necessidades dessas comunidades, mas sim levar a cabo a construção do muro e canalizar interesses lucrativos de construtoras e incorporadoras que, na última eleição, em 2010, para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, representaram 60% dos “doadores” e “fornecedores” oficiais da campanha de Sérgio Cabral, candidato à reeleição pelo PMDB.

**Tabela 1 - Doadores e Fornecedores de Campanha para a Reeleição do Governador Sérgio Cabral Filho - Rio de Janeiro, Eleições de 2010**

Ranking	RAMO DE LIGAÇÃO	Valor R\$
1º	Construção, Incorporação	R\$ 12.378.480,00
2º	Partido Político - PMDB	R\$ 2.150.576,38
3º	Sistema Financeiro - Bancos	R\$ 1.500.000,00
4º	Informática	R\$ 770.000,00
5º	Indústria Metalúrgica	R\$ 750.000,00
6º	Indústria de Bebidas	R\$ 500.000,00
7º	Hospitalar	R\$ 400.000,00
8º	Indústria de Eletro-Eletrônico	R\$ 400.000,00
9º	Setor de Comércio	R\$ 300.000,00
10º	Lombada Eletrônica	R\$ 300.000,00
11º	Indústria de Celulose	R\$ 300.000,00
12º	Distribuidora de Gás LP	R\$ 200.000,00
13º	Indústria Naval	R\$ 200.000,00
14º	Indústria de Pneus	R\$ 200.000,00
15º	Indústria e distribuidora de Produto	R\$ 200.000,00
16º	Indústria de Petróleo	R\$ 150.000,00
17º	Outros	R\$ 2.715,23
<b>Total</b>		<b>R\$ 20.701.771,61</b>

Fonte: TSE

Elaboração: Jean Camargo

Um dos entusiastas do programa, o diretor da EMOP Ícaro Moreno escreve em boletins eletrônicos os saldos das reuniões com associação de moradores nas quais ele tenta barganhar a aceitação dos muros pela garantia de serviços infra-estruturais como água e esgoto, coleta de lixo, etc. Mais uma vez, assumem-se esses serviços não como direito à moradia digna, mas como prebenda aos moradores que já estão estabelecidos nas comunidades. A EMOP busca negociar com os moradores estabelecidos enfatizando a anterioridade de residência naquele

espaço como uma prerrogativa, tal como percebeu Elias e Scotson (2000) para dificultar a instalação de futuros habitantes através do controle da distribuição desigual dos serviços urbanos.

Os termos dessa negociação são colocados da seguinte maneira: os serviços urbanos existem em número limitado e os moradores para ter acesso a eles precisam ser compatíveis com a capacidade de suporte do serviço. A reivindicação dos moradores pelo direito à infra-estrutura urbana é equacionada num universo matemático de conjuntos fechados, no qual a suposição de escassez de recurso preconiza a suposta exigência desses recursos e não a necessidade dos habitantes.

Se a intenção, como especulam os debates nas colunas jornalistas, é construir um muro simbólico ou não, esse não constitui o cerne da questão. A referência ao simbólico nesses debates tende a evocar uma função de exemplaridade e de exclusão moral das pessoas. Mas segundo Bourdieu (1998), o poder simbólico vai além disso. O poder simbólico prevê um crédito da pessoa que está sujeita a ele. É um capital político fundado na confiança, e não propriamente na imposição. É fundado na crença e no reconhecimento. *“O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”* (Bourdieu, 1998, p.7)

Não se trata de um muro exemplar, mas um muro com propósitos de contenção. A segregação e a expropriação dos direitos ligados à habitação são efetivas. Não é preciso ficar tentando adivinhar o que há por detrás da pretensa defesa da natureza dos ecolimites, ou tentar inferir que propósitos se escondem nessas boas intenções. O imperativo de “proteger a natureza” pode ser mobilizado de diferentes maneiras e atender a interesses distintos e por vezes contraditórios.

Ressentimos ainda hoje de uma reivindicação setorizada da “grande missão” inadiável de proteger a natureza. No embalo dessa missão supranacional, política dos eco-limites repete refrões que ecoam descontextualizados pelo mundo.

A proposta de proteger a natureza pretende reunir todos em torno de um propósito que parece ser isento e assim fazer o conflito urbano entre moradores da favela e do asfalto desaparecer. Por mais que ambos tenham práticas apropriativas do espaço natural semelhantes, invasões e desmatamento, ambos exploram as fronteiras da cidade, mas com investimentos e facilidades desproporcionais.

Se nos condomínios de luxo que se estendem pela Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes os moradores primam por um contato ou proximidade com a natureza pensando nos ideais de qualidade de vida e bem-estar, com os ecolimites nas favelas, esses ideais se transformam em marca de distinção, já que esses ideais aos moradores das favelas são vedados. Os “muros verdes” objetivam proteger a natureza dos indivíduos que habitam as favelas.

Mesmo que levássemos em consideração essa aventada preocupação com a natureza, não deixaria de ser cruel e flagrante a assimetria dos direitos à habitação e ao meio ambiente urbano. A questão que nos inquieta é: aquela natureza é preservada e protegida de quem e para quem.

Gestores urbanos, incorporadores e construtores, mesmo quando não são filiados a movimentos ambientalistas, ambientalizam seus discursos para defender modalidades de apropriação do território que são tomadas como indiscutíveis. Para Henri Acselrad (2010), através do processo de ambientalização velhos fenômenos como a segregação e a apropriação do espaço a favor das classes dominantes são recompostos no debate público. Isso, para o autor, é uma das armadilhas do ambientalismo, que procura justamente suprimir a luta contra as desigualdades sociais.

Se essa política pública se importasse com a construção de casas em lugares que oferecessem risco de desmoronamento, o programa não se restringiria a muros que não representam nenhuma solução para as famílias que habitam áreas de risco.

Se o problema fosse classificado como política urbana habitacional, haveria um mínimo compromisso com a qualidade e segurança das construções habitacionais. Mas como foi classificada como ambiental e sob essa denominação ganha adeptos das classes médias que valorizam “ser politicamente correto”. As condições em que o compromisso foi feito envolvem outros atores além dos moradores das favelas. O grande beneficiário, seguindo o fio desse mesmo discurso de preservação, seria a natureza, um foco suficientemente genérico para abrigar interesses e demandas diversas. Com essa reputação ecológica, essa política mobiliza a agenda ambiental no mundo e arranca apoio de pessoas que não estão implicadas no conflito cujo palco é o “espaço restrito” da Zona Sul carioca.

Segundo Acselrad, essa disseminada preocupação com o meio ambiente atrapalha o enfrentamento da pobreza. Nesse caso também serve para tratar a pobreza não só como normal como também cercada de práticas predatórias por estar nas margens da urbanização. Culpabiliza os pobres pela expansão urbana que reflete a carência de moradias e serviços e a distribuição desigual de direitos, serviços e oportunidades ao longo do solo urbano. A pobreza não é a causa da degradação ambiental. O autor sugere que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma matriz: a distribuição desigual de poder sobre recursos ambientais. No caso das cidades, se a injustiça social se alia à degradação dos morros é porque o direito à habitação e aos serviços urbanos básicos e as oportunidades não são distribuídos equanimente entre os moradores da cidade.

## **6.2. EcoLimites nas Favelas Cariocas: um Discurso Neomalthusiano sobre a Capacidade de Suporte do Território**

O discurso que legitima essa política pública de construção de eco-limites elencando razões ambientais também veicula várias proposições sobre a necessidade de controlar demográfica e espacialmente a população pobre. Além do controle policial das recém-instauradas UPPs, os ditos “muros ecológicos” impõem um controle demográfico que se efetua através do controle e delimitação rígida do território.

Sobre o argumento neo-malthusiano segundo o qual o território urbano e a Mata Atlântica não suportariam o avanço demográfico dos moradores das favelas, esconde-se um sentido moral e o acirramento do cerco aos pobres das favelas da Zona Sul carioca. Os eco-limites não se inspiram apenas em uma preocupação com as oscilações demográficas das favelas da zona sul. Visto em um conjunto de intervenções públicas recentes, essa política pública configura uma medida de contenção dos moradores pobres em um espaço limitado para a ação de



urbanização espontânea, mas aberto para a ação dos investidores imobiliários interessados na valorização daquele solo urbano e em sua paulatina gentrificação.

Confere-se uma tradução economicista, regida pela lógica do mercado de recursos escassos, a uma situação de conflito político na qual o que está em jogo é o direito à cidade.

No caso dos eco-limites, tudo se passa como se a questão fosse conter a invasão do “homem” em sua gana de devastação sobre a natureza. Da aparente relação entre homem cidadão genérico e a natureza indefesa, existe relações de conflito pelo uso do solo urbano e a luta cotidiana dos moradores da favela para permanecerem, eles e seus parentes, naquele lugar que depois da UPP assiste a uma valorização imobiliária e aumento das despesas dos moradores com o pagamento por serviços urbanos nos quais são embutidos taxas ou tributos. Essas novas condições impactam a renda das famílias das favelas e tornam a permanência de gerações futuras ainda mais difícil. É a esse quadro de mudanças e restrições legais e econômicas que a implantação dos “muros verdes” (eco-limites) vem somar como mais uma medida de contenção e regulação do padrão de habitação das favelas.

Discursos de fundo ecológico como esse que respalda os eco-limites naturalizam a categoria população e a separam da noção de cultura, identidade, etnia e diferença. Esses discursos também veiculam um argumento neo-malthusiano que estabelece a idéia de que há na natureza uma lei inscrita que objetiva estabelecer o equilíbrio entre população e recursos.

Cecília Mello (1998), em análise de debates na linha neomalthusiana sobre a relação entre meio ambiente e população, procurou demonstrar como as preocupações com quantitativo populacional passou a se vincular às potencialidades de um dado território. A autora centra-se no percurso do conceito de capacidade de suporte (ou limite populacional) de um território.

Segundo Mello (idem), a ideia de um limite populacional quantificável se apresenta no discurso que define uma relação técnico-material entre “indivíduos” e “natureza”, negligenciando a dimensão política e cultural fundadora da relação população/território. Esse discurso biológico e ecológico é marcado pelo utilitarismo econômico - os homens lutam para maximizar sua utilidade ou “vantagem”, dentro

de um quadro de crenças que submete os humanos a uma seleção e competição eterna.

A pesquisadora identifica na ciência a fonte e o parâmetro da legitimidade do conceito capacidade de suporte, o qual traduz a proposta de imprimir o natural sobre o social: *“através da fé subjacente na inteligibilidade do real, essas construções retificam o natural, que, por sua vez, passa a ser instrumento de legitimação de processos sociais, como é o caso da elaboração de leis do crescimento da população.”* (p.32).

Esses problemas ambientais, no entanto, estão longe de ser o objetivo fulcral da política do governo municipal carioca ou do Estado fluminense. Essa política é proposta e implementada num contexto de forte controle do território das favelas. Sob essa suposta proteção ambiental e de aumento de segurança, essas políticas públicas atualizam ideias higienistas e reafirmam preconceitos. Se no tempo das políticas urbanistas de Carlos Lacerda, a remoção das favelas eram compulsória e respaldada pela força policial, hoje a UPP associada aos ecolimites atendem a um propósito de desarticular os movimentos sociais das comunidades e abrir o espaço da favela para ação da especulação imobiliária. Um processo que inviabilizaria, a médio e longo prazo, a permanência das famílias pobres.

Ora, o argumento que dá suporte a esse novo “higienismo” tem, sem dúvida, um fundo neomalthusiano, na medida em que se supõe não haver espaço habitável e recursos para todos e por isso todos devemos submeter-nos aos rigores da gestão pública, principalmente a ação “espontânea” das pessoas pobres e submetidas ao controle tecnocientífico que defendeu a necessidade ecológica de construir muros. É uma maneira de fazer subsumir o conflito de classe que persiste em uma cidade tão desigual como o Rio de Janeiro.

## 7. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Cogita-se que os Ecolimites e as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) dentro de um contexto que prega o “choque de ordem” acabarão por desarticular, silenciar e despolitizar as associações de moradores e movimentos sociais das favelas nas quais são implantadas essas políticas. São políticas que atendem aos interesses das elites proprietárias de imóveis em áreas nobres da cidade como a Zona Sul, mas principalmente dos incorporadores e construtores imobiliários que viram aumentar significativamente seus faturamentos com a valorização dos imóveis a partir dos anúncios dos megaeventos, bem como da implantação das UPPs, já que a polícia é um dos dispositivos da governamentalização do Estado importante nesse caso.

E se isso for tomado de maneira acrítica como única chave explicativa de mudança no país, sem dificuldade, nos convenceríamos de que nas cidades brasileiras como o Rio de Janeiro estaria se instalando um clima edênico. Nosso questionamento é se o bom momento vivenciado pelo país e pelo Rio de Janeiro na economia se traduzirá de maneira significativa em desenvolvimento humano para camadas que por vários anos viveram na linha ou abaixo da linha da pobreza.

Sou da opinião que é preciso antes fazer paralelo com o “Velho Brasil” dos anos 1950 e início dos anos 1960 onde também houve um forte crescimento econômico empurrado por sua máquina de desenvolvimento: a industrialização.

O Brasil sempre obteve taxas significativas de crescimento no mundo capitalista. Todavia, a riqueza acabou canalizada pelas elites brasileiras que sempre souberam demandar do Estado brasileiro uma intervenção sob a ideologia da ordem e da segurança nacional a fim de manter seu domínio e de validar seu estoque de capital acumulado. O golpe militar de 1964, nos termos de Fiori (1995), nasceu por decisão de várias frações dominantes. Os militares ideologicamente se apoiaram em seus velhos argumentos de segurança nacional para se transformarem em árbitros e gestores diretos da nova “fuga para frente” que é uma ação radical na economia com o objetivo de acomodar interesses, expandir o Estado e acumular capital. Estratégia usada pelas classes dominantes e dos grupos dirigentes com sentido de “direção à modernidade”. A “fuga para frente” é também um discurso

ideológico colocado sob a forma de “compulsão” ao desenvolvimento e à industrialização do Brasil que visa fugir do conflito.

Pensamos que o processo de policialização da cidade do Rio de Janeiro em projetos de governo que priorizam os dispositivos de segurança e a polícia, gerando assim discursos de intolerância à desordem urbana. Políticas como “Choque de Ordem”, UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), Processo de Remoção de Favelas e Ecolimites se somam a um modelo de governo dirigido aos interesses das elites cidadinas cariocas. Por isso, retomando as ideias de Fiori (1995), são ações que se mostram como uma “Nova Fuga para Frente” do Conflito de classes

São políticas públicas implantadas num contexto de mudanças sócio-econômicas e que buscam restringir legal e economicamente os habitantes da cidade carioca com a implantação das UPPs, como também dos Ecolimites (muros verdes). São, sim, medidas de contenção e regulação das camadas populares. O que mais chama a atenção é que são políticas implantadas num contexto de forte controle do território carioca. Propostas que, a meu ver, atualizam ideias higienistas e reafirmam preconceitos.

Se no tempo das políticas urbanistas de Carlos Lacerda, a remoção das favelas era compulsória e respaldada pela força policial, hoje a UPP associada aos ecolimites atendem a um propósito de desarticular os movimentos sociais das comunidades e abrir o espaço da favela para ação da especulação imobiliária.

Mas não só, porque também é uma maneira de soffrear a redistribuição de renda real num contexto de forte crescimento econômico no país e no Rio de Janeiro. Com a tentativa de regular a vida cotidiana através de conduta invasivas da privacidade dos moradores a fim de garantir a ordem excessivamente, as UPPs agem de maneira semelhante as polícias do período de Ditadura Militar, agora, contudo, adotando de violência simbólica no toque de recolher, bem como a proibição dos bailes funks, uma atividade cultural dos jovens das comunidades.

O discurso que legitima essa política pública de construção de ecolimites elencando razões ambientais também veicula várias proposições sobre a necessidade de controlar demográfica e espacialmente à população pobre. Além do controle policial das UPPs, os ditos “muros ecológicos” impõem um controle demográfico que se efetua através do controle e delimitação rígida do território.

Sobre o argumento neomalthusiano segundo o qual o território urbano e a Mata Atlântica não suportariam o avanço demográfico dos moradores das favelas, esconde-se um sentido moral e o acirramento do cerco aos pobres das favelas da Zona Sul carioca. Os ecolimites e as UPPs não se inspiram apenas em uma preocupação com as oscilações demográficas das favelas da zona sul. Visto em um conjunto de intervenções públicas recentes, essas políticas públicas configuram uma medida de contenção dos moradores pobres em um espaço limitado para a ação de urbanização espontânea, mas aberto para a ação dos investidores imobiliários interessados na valorização daquele solo urbano e em sua paulatina gentrificação.

Ora, o argumento que dá suporte a esse novo “higienismo” tem, sem dúvida, um fundo neomalthusiano, na medida em que se supõe não haver espaço habitável e recursos para todos e por isso todos devemos submeter-nos aos rigores da gestão pública, principalmente a ação “espontânea” das pessoas pobres e submetidas ao controle tecnocientífico que defendeu a necessidade ecológica de construir muros. É uma maneira de fazer subsumir o conflito de classe que persiste em uma cidade tão desigual como o Rio de Janeiro.

## 8. BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das Lutas – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados** 24, (68), 2010.

ADORNO, Sérgio. Conflitualidade e Violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. São Paulo: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, V.10, n.1, p.19-47, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

CALDEIRA, Teresa. Medo da Cidade. In: **Revista Trópico**. Publicado em 17 de junho de 2010. Disponível em sítio na internet: <http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/330,1.shl>. Acessado em 16/08/2010.

CASTELLS, Manuel. O Fenômeno Urbano: delimitações conceituais e realidades históricas. In: **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CONCEIÇÃO TAVARES, Maria da. Império, Território e Dinheiro. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Entre a lei e a ordem**: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2000.

FIORI, José Luís. **O Vôo da Coruja**: Uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001. P. 277-293.

FREITAG, Barbara. Cidade e Violência. In: **Revista Urbanidades**: Revista Eletrônica do Itinerâncias Urbanas. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB. Disponível na internet: [http://e-groups.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/cidade\\_violencia.pdf](http://e-groups.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/cidade_violencia.pdf). Acesso em 15 de ago. 2010.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HUGGINS, Marta, HARITOS-FATOUROS, Mika, ZIMBARDO, Philip G. **Operários da Violência**. Brasília: Editora da UNB, 2006.

JACQUES, Paola B. **Estética da Ginga**: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LAGO, Luciana Correia do (org.). Como Anda Rio de Janeiro. In: **Observatório das Metrôpoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Afinal, qual é a das UPPs?. **Observatório das Metrôpoles**: IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, março de 2010. Rio. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetrôpoles.ufrj.br/artigo\\_machado\\_UPPs.pdf](http://www.observatoriodasmetrôpoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf) >. Acesso em: 23 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. UPPs: pacificação ou controle autoritário?. **Portal Comunidade Segura**: Viva Rio: Biblioteca Virtual, Rio de Janeiro, 02 abr. 2010. Entrevista concedida a Marina Lemle. Disponível em:

< <http://www.comunidadessegura.org/MATERIA-upps-pacificacao-ou-controle-autoritario>>. Acesso 28 mar. 2012.

MAGALHÃES, Sérgio Ferraz. **Ruptura e Contiguidade**: a cidade na incerteza. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Prourb, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MELLO, Cecília Campello do Amaral. **Capacidade de Suporte do Território**: o Nomadismo de um conceito. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1998.

MISSE, Michel. Dizer a Violência. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 11 n. 2 p. 165-166 jul./dez. 2008.

MISSE, Michel. Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, editorial 57, 01 jul. 2011. SP. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=959&PHPSESSID=02c6db035a5a12a931cf7131ef4e5d3f>>. Acesso em 08 abr. 2012.

MONTEIRO, João Carlos C. dos S.; ANDRADE, Julia Santos C. de. Porto Maravilha a contrapelo disputas soterradas pelo grande projeto urbano. **E-metrópolis**: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, nº 08, ano 3, mar. 2012, Rio. Disponível em: <<http://www.emetropolis.net>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

OLIVEIRA, Márcio Piñon. Projeto Rio-Cidade: Intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro. **X Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, Universidad de Barcelona, mayo de 2008.

PORTO, Maria Stela Grossi. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. **São Paulo Perspec.** [online]. 2004, vol. 18, no. 1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 01 jul 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Um Desigual: Lula e sua Herança. **Carta Capital**, São Paulo, n. 629, ano XVI, 19 jan. 2011.

SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública - MJ); Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Formação de Pessoal em Segurança Pública. Crimes Violentos Letais e Intencionais: Situação nos Estados e Municípios. In: **Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Cíveis**: janeiro de 2004 a Dezembro de 2005. Brasil: Ministério da Justiça, 2006. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/senasp/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMIDC5C3828943404A54BF47608963F43DA7PTBRIE.htm>. Acesso em abr. 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A “reconquista do território”, ou: Um novo capítulo na militarização da questão urbana. **Jornal Passa Palavra**, Rio de Janeiro, 3 dez. 2010. Rio. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=32598>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

VENTURA, Zuenir. **A cidade partida**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

VILELA ELIAS, Roberto. Ano Novo, Roupas Novas: um estudo sobre a mudança do discurso jornalístico no réveillon do Rio de Janeiro após a criação das UPPs. In: Seminário dos Alunos de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio, Rio de Janeiro, **Anais da VIII POSCOM**, 2011, 12 f.

VITÓRIA, Isabella. **O Estado e os Muros**: um estudo sobre as políticas destinadas às favelas cariocas através da mídia impressa. Rio de Janeiro, UERJ, Monografia defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Curso de Especialização em Sociologia Urbana, 2009.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol 2. Brasília: Editora da UnB: São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.